

EDITORIAL

Decolonialidade, Brasil e filosofia política global – Quem tem medo das filosofias decoloniais e contracoloniais?

A primeira edição da READ de 2026 surge celebrando a nossa integração ao GT Filosofia e Raça da ANPOF e esperamos ter vida longa nessa parceria antirracista.

Este número é lançado no contexto de mais uma guerra neocolonialista patrocinada por EUA e Israel, países governados por racistas, militaristas, igrejist, homofóbicos, misóginos e autoritários. Esses mesmos países já patrocinaram o extermínio do povo palestino, invadiram a Venezuela e agora é a vez do Irã. Quem será a próxima vítima do neocolonialismo?

No Brasil, quase simultaneamente ao carnaval — a mais expressiva manifestação decolonial e contracolonial do planeta — e em meio ao avanço da extrema direita no cenário internacional, alguns intelectuais marxistas decidiram dirigir ataques às cosmovisões decoloniais e contracoloniais. O debate, em si, não constitui um problema. A questão central é que uma parcela da esquerda marxista, majoritariamente branca, tornou explícita sua posição ao criticar justamente as perspectivas que colocam a questão racial no centro das análises.

O mais estarrecedor é assistir a julgamentos sem o devido conhecimento das bases teóricas e práticas que constituem o pensamento que criticam. Esquerda e direita se alinharam mais uma vez para impedir o avanço das propostas autônomas mais populares.

Diante desse cenário, a pergunta que se coloca é: por que temem a decolonialidade e a contracolonialidade? Suas objeções revelam, em grande medida, uma resistência ao protagonismo negro e indígena na produção de conhecimento e na desconstrução das hierarquias raciais e culturais que sustentam a modernidade.

Para a direita, o racismo é reduzido a “mimimi” e, para a esquerda marxista, o mais importante é a luta de classes. Mas em que consiste o pensamento decolonial e contracolonial?

O pensamento decolonial emergiu na década de 1990. Seus principais autores — Quijano, Landier, Mignolo, Catherine Walsh, Grosfoguel, entre outros — desenvolveram

teorias críticas voltadas à contestação das epistemologias eurocêntricas, propondo uma reflexão profunda a partir da diversidade étnica, em oposição ao epistemicídio e à colonialidade do poder e do saber. O texto fundador da rede de intelectuais foi o de Aníbal Quijano: “América Latina, eurocentrismo e colonialidade do poder.” Quijano foi um marxista peruano que seguia a perspectiva de Mariátegui e se organizou em grupos clandestinos revolucionários pela revolução socialista.

Já o pensamento contracolonial nasceu das interações sociais de um negro, nordestino, quilombola, que trabalhou como ajudante de pedreiro e morou em favelas do Rio de Janeiro e ajudou a organizar as lutas por terras no Nordeste. Ele foi um dos mais profundos defensores das organizações, resistências e culturas dos quilombos no Brasil.

O que os marxistas ignoram é que a perspectiva decolonial nasce como filha do marxismo, mas não dependente dele, e preenche uma das principais lacunas da filosofia marxiana, pois coloca a discussão da questão racial no centro do debate. Já a cosmovisão contracolonial nasce de um afrodescendente que afirma nunca ter sido colonizado, junto com seu povo, e que trava uma guerra de denominações contra o eurocentrismo, do qual Marx é produto e produtor.

Dito isso, as perspectivas decolonial e contracolonial surgem exatamente para valorizar as cosmovisões indígenas e negras da América Latina. Ao contrário de Marx, elas não dão centralidade para o proletariado industrial como único agente revolucionário e legítimo da revolução socialista.

As cosmovisões decoloniais e contracoloniais convocam à abertura para a diversidade epistêmica e para a construção de um mundo pluriversal. No caso das perspectivas decoloniais, essa pluriversalidade emerge dos saberes produzidos na América Latina; já no pensamento contracolonial, ela se enraíza nos conhecimentos quilombolas, das aldeias e das favelas. Nesse cenário, ambas as formas de pensamento se afirmam como expressões de resistência ao sistema colonial e a toda a sua herança — aquilo que chamamos de colonialidades. Assim, ser decolonial ou contracolonial não se restringe ao campo acadêmico ou teórico. Pelo contrário, essas perspectivas exigem compromisso com as lutas populares e com a superação de todas as formas de exclusão e discriminação impostas pelo colonialismo.

O que os críticos não entenderam é que as perspectivas decoloniais e contracoloniais, obviamente, são anticapitalistas. Trata-se de uma luta de corpos que resistem ao colonialismo e à colonialidade desde 1492. Essas cosmovisões buscam promover uma confluência, para usar os termos de Nego Bispo, entre diferentes matrizes de saber do nosso povo, sem ser nacionalista. Isso é revolucionário porque não desmerece as nossas formas de trabalho como determinantes para se pensar a superação de todo o sistema.

As perspectivas decolonial e contracolonial apresentam múltiplas vertentes, assim como ocorreu com o marxismo após Marx. No entanto, se o marxismo se caracteriza pela centralidade da luta de classes como motor da história e pela compreensão de que o operariado é o sujeito revolucionário, para nós é fundamental recolocar no centro do debate aquilo que, no Brasil, produz morte física e psicológica diariamente: o racismo. Assumir a discussão racial como eixo estruturante, denunciando as diversas formas de subalternização impostas a indígenas e negros nas Américas, seguirá sendo nossa principal contribuição.

Para concluir, observa-se que tais objeções marxistas às contribuições decoloniais e contracoloniais acabam por abrir espaço para a reafirmação do racismo epistêmico, funcionando como resistência a qualquer possibilidade de protagonismo negro e indígena na produção de conhecimento e na desconstrução das hierarquias raciais e culturais que sustentam a modernidade/colonialidade. Esse cenário evidencia o quanto o marxismo ainda necessita passar por um processo de descolonização. Em momento oportuno, pretendemos organizar um dossiê dedicado exclusivamente a essa temática. A seguir, apresentamos os artigos que compõem este número.

O primeiro artigo desta edição, intitulado *O racismo institucional dos espíritos cativos: devotos do Estado e da Igreja*, de autoria da professora doutora Pamela Cristina de Gois, articula precisamente elementos da filosofia ocidental, especialmente a partir do pensamento de Nietzsche, com reflexões da filosofia política e decolonial libertária. O texto realiza uma análise aprofundada das problemáticas que envolvem o Estado e a Igreja enquanto instituições forjadas no contexto da colonização.

Em *Feminização política e confederalismo democrático: práticas de resistência em Rojava*, André Vianna Nascimento, Paulo Edgar da Rocha Resende e Dominique

Silva Zóboli, examinam como o protagonismo feminino e o confederalismo democrático têm transformado profundamente a organização social de Rojava. A partir das noções foucaultianas de resistência, os autores mostram como coletivos de mulheres desafiam o patriarcado e o Estado-nação, constituindo uma experiência singular de democracia radical.

Andréa Rocha dos Santos, doutoranda em direito, em *O letramento racial a partir das reflexões de Lélia Gonzalez*, discute as contribuições de Lélia Gonzalez, os limites do feminismo tradicional e o papel central das mulheres negras na luta por dignidade e reconhecimento. O texto enfatiza ainda a relevância do movimento negro, das políticas afirmativas e da valorização da cultura afro-brasileira na construção identitária.

A colonialidade do saber na sociologia brasileira: eurocentrismo, Freyre e Fernandes e a dependência epistemológica, de Heitor Claro da Silva, mestre em ciências sociais, analisa como estruturas eurocêntricas moldaram a sociologia produzida no país. O autor examina Freyre e Fernandes à luz do pensamento decolonial, identificando tensões entre dependência e apropriações criativas do cânone europeu.

Daniel Rocha Monteiro, em *Racismo algorítmico e saúde mental: breves reflexões sobre o sofrimento psíquico de sujeitos acometidos pela discriminação racial-algorítmica*, discute como tecnologias treinadas com dados enviesados reproduzem e intensificam violências raciais. O autor analisa os impactos desse processo na subjetividade e na saúde mental de pessoas negras, destacando a construção de imaginários negativos e o dano à autoestima.

Amanda Rech Brands, em *A educação de Élisée Reclus: aspectos anarquistas para se pensar o ensino de Geografia*, analisa as contribuições educacionais do geógrafo anarquista Élisée Reclus. A autora destaca sua defesa de uma educação libertária, não opressiva e centrada na autonomia dos estudantes. O texto mostra como esses princípios podem inspirar práticas críticas e socialmente engajadas no ensino contemporâneo de Geografia.

Por fim, Jose Isavam Oliveira Silva e Juliana Faltz Tadorelli, em *Estudantes pretos e o Programa de Intercâmbio MT no Mundo*, analisam que critérios de seleção baseados em desempenho e proficiência em inglês reforçam desigualdades raciais já



existentes. Os autores defendem políticas afirmativas e práticas educacionais antirracistas para garantir acesso equitativo à mobilidade acadêmica.

Boa leitura!

Pamela Cristina de Gois

Wallace de Moraes